

PMDB não resiste à conquista do poder e abandona os ideais

Rubem de Azevedo Lima

O PMDB, das lutas contra o autoritarismo, cujos integrantes brigavam entre si quase sempre, por qualquer motivo, mas se uniam nos momentos difíceis, praticamente já não existe.

O velho partido cresceu na adversidade e superou as divergências internas, resistindo às derrotas. Agora, porém, já não resiste à vitória e à conquista do poder.

Os sinais de idealismo do passado, que eram o charme da agremiação, desde os tempos em que ela se denominava simplesmente MDB, parecem persistir entre muitos peemedebistas. A perspectiva de realização dos ideais existentes por trás dos objetivos do combate ao autoritarismo se mostra, porém, cada vez mais improvável, dentro do PMDB.

O idealismo está perdendo para o fisiologismo e os idealistas começam a acreditar no PMDB, hoje, seus ideais não têm futuro. O jeito, portanto, é procurar novos rumos, deixando a sigla partidária para os fisiológicos ou para os pragmáticos e adesistas da undécima hora. Uns e outros, sob o comando do general vitorioso, o deputado Ulysses Guimarães, aparentam contentar-se com a

vitória e os proveitos do poder, por isso ensarilharam as armas e não querem utilizá-las em novos combates.

Nesse PMDB que assim se dividiu, ninguém talvez esteja mais dividido do que o próprio Ulysses, ante a obrigação de comandar a sigla partidária, apesar dos pesares e o sentimento de ver-se privado de seus melhores e mais antigos comandados.

Para os chamados históricos do partido, no entanto, a responsabilidade pela situação atual é de Ulysses, que manobrou em demasia, quando seu dever — conforme dizem — era aprofundar a vitória, impondo aos vitoriosos, a começar pelo Presidente da República, José Sarney, e aos realistas do PMDB, o cumprimento de compromissos reformistas do programa partidário, no plano econômico e social.

Definir, porém, quais sejam esses compromissos ou exigir, em toda a linha, uma obediência mínima às diretrizes essenciais do PMDB, não é fácil. Muitos peemedebistas da linha pragmática, investidos de cargos políticos importantes — governos estaduais ou ministérios — acham arriscado ou inviável cumprir programa do PMDB, feito con-

forme dizem alguns, para ganhar eleições, não para governar.

Na realidade, além dos temas políticos que dividiam o partido entre conservadores e reformistas — como a questão da reforma agrária, das reformas sociais e econômicas — outros fatores da divisão do PMDB nem eram programáticos, mas conjunturais de simples conveniência ou de convicções doutrinárias. Estão neste caso as questões do mandato do presidente Sarney e da disputa entre presidencialismo e parlamentarismo, em cujas soluções pesaram mais o pragmatismo e o oportunismo dos peemedebistas do que interesses políticos do partido.

Que poderá acontecer, de agora em diante, ao partido que elegeu, nas eleições de 1986, vinte e dois governadores e 305 representantes ao Congresso Constituinte?

Quanto mais lógicas as previsões políticas parecem, mais elas costumam ser surpreendidas por desfechos ilógicos. De resto, convém recordar que o PMDB, noutras oportunidades, também foi considerado praticamente morto e enterrado, mas ressurgiu forte e vivo, apesar de suas divergências e contradições internas, insolúveis.

Valdo Cavalcante



Ulysses se esforça para manter a unidade do PMDB apesar das dissidências da última semana

Diretas-já ou cinco anos, a divisão

Dividido, hoje, entre os que querem o rompimento com o Governo e a realização de eleições presidenciais diretas no ano corrente, e os que apóiam o Presidente da República em toda a linha e advogam o mandato presidencial de cinco anos, o PMDB comporta, portanto, dois tipos de lideranças em seus quadros.

Entre os partidários das diretas-já e do rompimento com o Governo, predominam, de maneira geral, os ortodoxos do partido, os chamados reformistas do PMDB, como os representantes do Movimento da Unidade Partidária (MUP) e os sociais democratas. As principais lideranças desse agrupamento são os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, todos de São Paulo, e José Richa (PR), além do ex-governador Franco Montoro e diversos deputados. Alguns destes, por sinal, já se afastaram do partido, como Pimenta da Veiga (MG), Fernando Lyra (PE) e outros.

Pelo teor do documento com que manifestaram suas idéias, os integrantes desse grupo, especialmente entre os que continuam no PMDB, não deverão desligar-se do partido antes de concluídos os trabalhos da Constituinte.

Dificilmente, porém, os signatários do manifesto de ruptura e os quatro-anistas permanecerão no PMDB, se não houver eleições presidenciais este ano. Os 93 peemedebistas que defendem tais idéias deverão marchar para uma nova sigla.

Tal rumo não interessa aos principais líderes do grupo pró-governo e que parece aceitar o pleito presidencial apenas em 1989, como é o caso do governador Orestes Quéricia (SP) e do próprio Ulysses

Guimarães. Ambos, sem o apoio dos dissidentes do PMDB, terão suas pretensões eleitorais inviabilizadas na sucessão de Sarney.

Os dissidentes deverão levar consigo, após a Constituinte, os governadores Waldir Pires (BA), Miguel Arraes (PE), Max Mauro (ES) e Pedro Simon (RS), além dos ministros Renato Archer (Previdência) e Luís Henrique (Ciência e Tecnologia), juntamente com o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães.

Renovado e fortalecido pela oposição ao Governo, o grupo histórico poderá não eleger, dentre seus integrantes, o sucessor de Sarney, mas terá grandes chances de êxito e influirá decisivamente no processo sucessório, graças ao apoio de sua representação reformista na Constituinte (os senadores Bisol, Iram Saraiva, Nelson Wedekim, Dirceu Carneiro, Pompeu de Sousa, Nelson Carneiro e os deputados Nelson Jobim, Chico Pinto, Hermes Zanetti, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Pimenta da Veiga, Antônio Brito, Signaringa Seixas, Geraldo Campos e tantos outros). Uma candidatura politicamente moderna — como a de Mário Covas ou Fernando Henrique — sob uma nova legenda partidária mais ortodoxa, livre dos desgastes do governoismo do atual PMDB, poderá ser o grande atrativo do pleito presidencial.

Num segundo escrutínio eleitoral, o candidato desse partido saído eventualmente das ruínas do PMDB, deverá congregiar em torno de seu nome o apoio da maioria das forças de esquerda e dos reformistas do País, que não concordam nem com o populismo da candidatura Leonel Brizola nem com o radicalismo do PT, de Luís Inácio Lula da Silva.

Do lado oposto, no PMDB, caso a situação atual não se inverta, o deputado Ulysses Guimarães terá a responsabilidade de conduzir um partido no qual as lideranças mais expressivas, hoje, são as que se integraram no Centrão e se comprometeram não apenas com o apoio a um Governo desgastado mas também com teses mais conservadoras da Constituinte. Por maior que seja o prestígio político-eleitoral de Quéricia, sua candidatura sucessória, em 89, — embora possa unificar as forças de direita do País —, dificilmente sairá vitoriosa das urnas, marcada pelo apoio dos novos líderes do PMDB (deputados Carlos Sant'Anna, Roberto Cardoso Alves e outros, além dos governadores pró-continuismo de Sarney como Newton Cardoso e ministros Prisco Viana, Jader Barbalho e Aluizio Alves).

Muitas forças políticas do PMDB, embora poderosas eleitoralmente, como o governador Collor de Melo, de Alagoas, poderão não integrar-se à dissidência peemedebista dos 93, interessada em resgatar sua imagem de pureza e de comprometimento com o passado de lutas partidárias e com os compromissos reformadores do programa daquela agremiação.

Se se consumir a divisão partidária, devido à prevalência da corrente conservadora e governista do PMDB, considera-se inevitável que os remanescentes dessa agremiação, sob as lideranças centristas que nela emergiram, tomem também novos rumos. Afinal, muitos desses políticos começaram sua vida na extinta Arena, passaram pelo Partido Popular e também pelo PDS, antes de se fixarem no PMDB. (R.A.L.)

Para deputado, só eleições superam crise

Para conseguir apoio real no Congresso, algo de que não dispõe atualmente, o presidente Sarney precisaria colocar em prática uma "engenharia política" complicadíssima, que, por ter base especialmente no setor fisiológico do Legislativo, resultaria num custo excessivamente alto, ainda mais para um governo que convive com sérios problemas de caixa.

A conclusão é do deputado Genebaldo Correia (BA), 1º vice-líder do PMDB, que não vê outra saída para o País que não seja a realização de eleições diretas para a Presidência da República ainda este ano. Genebaldo contesta que a aprovação do mandato de cinco anos nas disposições permanentes e do sistema presidencialista tenha comprovado a existência de uma maioria governista.

"O apoio não é real. As maiorias que o governo tem conseguido — adverte o parlamentar — são resultado de montagens feitas com auxílio de governadores, empresários e militares, para decisões específicas".

Cobrança

Os empresários estão entre os primeiros a cobrar uma atitude do presidente Sarney que demonstre sua disposição de governar após a suposta "comprovação" de sua maioria, que o teria deixado livre da "tutela" do PMDB. Persistem, no entanto, entre boa parcela dos políticos, dúvidas quanto às possibilidades de essa atitude se concretizar.

As votações na Constituinte têm demonstrado uma nítida inclinação em favor dos setores conservadores, que começam a se pronunciar em defesa de uma "reestruturação" do governo que os beneficie. O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), no mesmo dia da votação do mandato e sistema de governo, cobrou mais uma vez a realização de uma reforma ministerial que deixe fora do governo os políticos "infiéis". "A saída para a crise", diz Genebaldo — "está na ação articulada entre a área política, a empresarial e a militar. Esses segmentos atuaram decisivamente na aprovação do mandato de 5 anos com presidencialismo, numa articulação do governo em proveito próprio. Está faltando, na área político-partidária, quem possa desempenhar semelhante papel em articulação no sentido contrário.

10 ABR 1989 JORNAL DE BRASÍLIA